



Texto recebido em:
16/09/2025

Texto aprovado em:
17/11/2025

V. 15 - N. 34 - 2025

* Doutor em Teologia pela
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo
(PUC-SP). Contato:
pettersonebrey@gmail.com

Resenha

A arte perdida das escrituras

*Pettersone Brey

ARMSTRONG, Karen. *A arte perdida das Escrituras: resgatando os textos sagrados.* São Paulo: Companhia das Letras, 2024, 645p.

Introdução

Publicado originalmente em inglês sob o título *The Lost Art of Scripture: Rescuing the Sacred Text* e vertido ao português em edição recente (2024) pela Companhia das Letras, o volumoso ensaio *A Arte Perdida das Escrituras*, de Karen Armstrong, apresenta-se como uma das mais ambiciosas tentativas contemporâneas de repensar o lugar dos textos sagrados no imaginário religioso e cultural da humanidade, não a partir de uma perspectiva dogmática ou apologética, mas por meio de uma análise histórico-comparativa que percorre as mais variadas tradições – do

judaísmo antigo à modernidade ocidental, passando pelo cristianismo, pelo islã, pelo hinduísmo e pelo budismo –, sempre com a intenção de mostrar que o que hoje se convencionou tratar como escritura foi, em seus contextos originários, menos um compêndio de verdades absolutas a serem cridas e mais uma prática estética, comunitária e ritual, cujo sentido se desdobra justamente na medida em que resiste à fixidez de interpretações unívocas. Assim, em contraposição às leituras fundamentalistas que, ao longo dos séculos XIX e XX, reduziram tais textos a registros factuais, bem como às abordagens racionalistas que os descartaram como meras superstições, Armstrong propõe recuperar a escritura como arte, como espaço simbólico em que mito, rito, memória e silêncio confluem para produzir não tanto um sistema dogmático quanto uma experiência transformadora, estética e ética, que tem por horizonte último a formação de comunidades compassivas e a abertura ao inefável.

A autora

Karen Armstrong, ex-religiosa católica que abandonou a vida conventual na juventude para se dedicar à investigação acadêmica e à escrita ensaística, consolidou-se ao longo das últimas décadas como uma das mais respeitadas especialistas em história das religiões, reconhecida por sua capacidade singular de articular erudição rigorosa e clareza narrativa, de modo a tornar acessíveis ao grande público debates que, em geral, permanecem confinados ao espaço acadêmico; autora de obras amplamente difundidas como *Jerusalém* (2000), *Em defesa de Deus* (2011) e *Campos de sangue* (2016) – entre outros –, Armstrong tornou-se referência incontornável no diálogo inter-religioso e na crítica ao fundamentalismo, sendo celebrada não apenas por sua habilidade de reconstruir contextos históricos e correntes de pensamento, mas também por seu empenho em ressaltar, no interior das tradições religiosas, os elementos de compaixão e transcendência que podem contribuir para a construção de uma ética universal capaz de responder aos dilemas contemporâneos.

A obra

Em *A Arte Perdida das Escrituras*, Armstrong desenvolve a tese de que os textos sagrados, que em sua origem se constituíram como práticas vivas de recitação,¹ memória, mito e ritual, foram progressivamente reduzidos, no Ocidente moderno, a documentos cuja legitimidade é aferida pela factualidade ou pela racionalidade abstrata, o que resultou em sua dessacralização e na conseqüente crise da leitura religiosa; contra esse duplo reducionismo – tanto o da crítica iluminista, que descartou a escritura como superstição, quanto o do fundamentalismo, que a transformou em manual literalista –,² a autora procura reconstruir a história comparada de diferentes tradições para mostrar que a escritura sempre funcionou como arte estética e simbólica, inseparável do rito e da imaginação, cujo sentido não se esgota em definições doutrinárias, mas se renova continuamente na prática comunitária, na abertura ao silêncio e na convocação ética à compaixão.

Na primeira parte, intitulada “Cosmo e sociedade”, abrangendo os três capítulos iniciais – respectivamente intitulados: (1) Israel: lembrar para pertencer; (2) Índia: som e silêncio; (3) China: a primazia do ritual –, Armstrong mostra como, no contexto do antigo Israel, a escritura surgiu como prática de memória coletiva que visava não apenas preservar fatos históricos, mas sobretudo constituir identidade comunitária por meio da recordação ritualizada do êxodo, da aliança e da experiência do exílio, de modo que o texto escrito funcionava como verdadeiro “templo portátil”, capaz de garantir coesão mesmo na ausência de instituições políticas ou de espaços sagrados fixos; nessa perspectiva, a escritura não era ainda concebida como depósito dogmático de verdades imutáveis, mas como arte narrativa que, ao dramatizar a história, conferia sentido ao presente e

1. Nesse aspecto, Armstrong se aproxima do pensamento de Robert Alter (2011, p. 113-114), quando este assevera que os textos da Bíblia Hebraica foram escritos com vistas à récita.

2. Tais proposições encontram correspondência em autores como: Harriet A. Harris (2006) e Michael C. Legaspi (2017).

orientava a ação ética. A autora destaca, ademais, que essa configuração da escritura se inscreve em diálogo crítico com tradições vizinhas – como o épico de Gilgamesh, o Código de Hamurabi, o *Enuma Elish* e a *Ilíada* –, que também procuravam articular memória, cosmo e ordem social, ainda que por meio de mitos cosmogônicos ou epopeias heroicas, ao passo que Israel, singularmente, enfatizou a narrativa histórica como forma de traduzir o sagrado em compromissos éticos concretos.³ Assim, nessa primeira parte, delinea-se a compreensão de que a escritura nasce, em sua matriz israelita, como gesto de pertença e de sobrevivência cultural, cuja força não reside na factualidade, mas na capacidade de mobilizar a memória em favor da justiça e da coesão comunitária.

Armstrong amplia, ainda, a análise inicial ao considerar o papel desempenhado pelas escrituras na Índia e na China, evidenciando que, nesses contextos, a relação entre cosmo e sociedade não se estruturava prioritariamente em torno de narrativas históricas, mas antes mediante sistemas rituais, especulativos e éticos que articulavam mito, filosofia e prática comunitária, como se observa nos Vedas, nos Upanixades ou nos clássicos confucionistas, textos que não tinham a função de registrar acontecimentos factuais, mas de ordenar a experiência humana em consonância com a ordem cósmica e com a harmonia social; desse modo, enquanto Israel se distinguia pela ênfase em narrativas históricas de libertação e aliança, as tradições indianas e chinesas concebiam a escritura como caminho de disciplina espiritual e de cultivo ético, em que recitação, memorização e comentário contínuo eram formas de participação no ritmo do cosmos e de interiorização de uma sabedoria perene, revelando, assim, a pluralidade de modos pelos quais as culturas antigas construíram a mediação entre texto, mundo e sociedade.

3. Quanto a comparação das narrativas da Bíblia Hebraica com demais tradições literárias da antiguidade, bem como acerca da perspectiva cosmogônica de tais textos, Armstrong encontra aderência no que pensam Erich Auerbach (2003) e Mircea Eliade(1984) a respeito destes mesmos assuntos.

Na segunda parte, dedicada ao “Mito” e compreendendo os capítulos de quatro a onze – sob os títulos: (4) Nova história; novo eu; (5) Empatia; (6) Desconhecer; (7) Cânone; (8) *Midrash*; (9) Encarnação; (10) Recitação e *intentio*; (11) Inefabilidade –, Armstrong reconstrói o modo como as tradições religiosas, judaica, cristã, islâmica, hinduísta e budista, preservaram a consciência de que a escritura não devia ser lida como crônica factual, mas como narrativa simbólica e artística destinada a expressar o inefável e a suscitar transformação existencial, sendo por isso integrada ao rito, à recitação e à repetição meditativa; nesse horizonte, o mito não designa falsidade ou ficção, mas constitui linguagem própria para lidar com dimensões que transcendem o discurso racional, de modo que textos como o *midrash* rabínico, a teologia negativa cristã, a noção de encarnação, as exegeses sufis do Alcorão ou os sutras budistas convergem em afirmar a infinitude do sentido e a impossibilidade de reduzi-lo a uma formulação unívoca. Armstrong mostra que, nessas tradições, a escritura era continuamente reinterpretada em chave mística e ética, de modo a formar comunidades compassivas e a alimentar a imaginação espiritual, não havendo preocupação em fixar doutrinas definitivas, mas em manter vivo o processo hermenêutico, entendido como arte de recitar, meditar e dramatizar o texto. A recitação pública, a ritualização da leitura e a consciência da inefabilidade são, pois, os elementos que configuram a escritura como mito: palavra que aponta para além de si mesma, que se torna música e silêncio, e que encontra sua verdade não na literalidade, mas na capacidade de transfigurar o cotidiano.

Na terceira parte, intitulada “Logos” e composta pelos capítulos doze e treze – intitulados: (12) *Sola Scriptura*; (13) *Sola Ratio* –, Armstrong analisa as transformações introduzidas pela Reforma Protestante e pela modernidade racionalista, mostrando como o lema do *sola scriptura*, ao enfatizar a primazia da Escritura sobre a tradição, acabou por deslocar o texto de seu horizonte ritual e comunitário para o âmbito da leitura individual e silenciosa, e como essa ênfase, se por um lado democratizou

o acesso e fortaleceu a consciência pessoal, por outro reduziu, ao longo do tempo, a Escritura a objeto de interpretação literal, empobrecendo sua dimensão simbólica; ao mesmo tempo, a modernidade, ao instaurar o *sola ratio*, submeteu os textos ao tribunal da razão, como exemplificam Spinoza e Locke, que reivindicaram a supremacia da crítica racional e da tolerância iluminista, ou Nietzsche e Marx, que interpretaram a religião como moral de rebanho ou ideologia alienante. Armstrong evidencia que a crítica moderna e a reação fundamentalista – exemplificada no protestantismo de matriz norte-americana de Dwight Moody, por exemplo, que defendeu leitura estritamente literal e anti-intelectual da Bíblia – partilham, paradoxalmente, a mesma lógica reducionista, ao restringirem a Escritura à factualidade, seja para descartá-la, seja para defendê-la. O resultado é que tanto o racionalismo iluminista quanto o fundamentalismo literalista, ao polarizarem o debate, obscureceram a arte da escritura, cujo sentido sempre residira no mito, no rito e na imaginação.

Na seção final, intitulada “Post-escritura”, Armstrong descreve a condição contemporânea como era em que as Escrituras, privadas de seu caráter artístico, simbólico e ritual, foram transformadas em meros documentos a serem defendidos ou refutados, seja pelo fundamentalismo que insiste em sua literalidade histórica, seja pela crítica racionalista que as reduz a mitos ultrapassados, ambos esquecendo que, em suas origens, tais textos tinham como vocação primordial formar comunidades compassivas e abrir espaço ao mistério; nesse horizonte, a escritora diagnostica a perda do imaginário religioso como fonte de coesão cultural, consequência direta da leitura individualista, silenciosa e factual que substituiu a recitação comunitária e a prática ritual. Contudo, Armstrong não se limita ao lamento, mas propõe um caminho de recuperação: reintegrar mito, poesia, metáfora e silêncio, de modo a devolver à Escritura seu caráter performativo e transformador, que não se mede por critérios de factualidade ou de coerência racional, mas por sua capacidade de suscitar compaixão, beleza e transcendência.

Considerações finais

A leitura de *A Arte Perdida das Escrituras* confirma, de maneira irrecusável, a tese central anunciada por Armstrong no início da obra: a de que a modernidade, ao submeter os textos sagrados ao crivo da factualidade ou ao reducionismo da razão abstrata, esvaziou sua função originária de mediação simbólica, ritual e estética, deixando-os prisioneiros de disputas ideológicas que os distanciaram de sua vocação mais profunda, a saber, formar comunidades compassivas e abrir espaço ao inefável. Ao retrazar a longa trajetória das escrituras no judaísmo, cristianismo, islã, hinduísmo e budismo, a autora mostra que, em todos esses contextos, os textos não foram concebidos como depósitos de verdades fixas, mas como práticas artísticas que, por meio da recitação, da metáfora e do silêncio, buscavam transformar existências e harmonizar coletividades. O gesto crítico de Armstrong consiste em denunciar que tanto o racionalismo iluminista, que dissolveu as escrituras em objeto de crítica histórica, quanto o fundamentalismo, que as congelou em literalismo, compartilham a mesma incapacidade de compreender sua natureza simbólica,⁴ produzindo, assim, a crise pós-escritural que caracteriza o presente.

Se na primeira parte Armstrong evidenciou que, em Israel e nas civilizações vizinhas, a escritura emergiu como memória viva que articulava cosmo e sociedade, e se na segunda parte mostrou como as tradições religiosas ampliaram essa dimensão mítica para expressar a inefabilidade do sagrado, na terceira parte destacou a ruptura moderna, quando o *sola scriptura* e o *sola ratio* deslocaram o texto de seu horizonte comunitário para a leitura individual, racionalista ou literalista, empobrecendo sua potência simbólica e estética. A seção final, intitulada *Post-escritura*, explicita o resultado desse processo: um tempo em que a escritura já não é mais recitada nem celebrada como arte, mas

4. No que concerne à natureza simbólica, o pensamento de Armstrong é aderente à teoria da metáfora de Paul Ricoeur (1974).

defendida ou rejeitada como se fosse manual de fatos, perdendo sua força transformadora e reduzindo-se a instrumento de polêmica ou a objeto de erudição estéril.⁵ Armstrong não se limita, todavia, à denúncia: propõe recuperar a dimensão poética e contemplativa dos textos, de modo que eles possam voltar a cumprir sua função original de suscitar silêncio, beleza e compaixão.

A contribuição maior da obra reside, portanto, em recolocar o problema do texto sagrado no centro dos dilemas contemporâneos, insistindo que, diante da polarização entre fundamentalismo e secularismo, só a redescoberta da escritura como arte poderá devolver-lhe vitalidade espiritual e relevância cultural. Armstrong não oferece soluções simplistas, mas convoca a uma hermenêutica humilde e criativa, capaz de reconhecer que o valor das escrituras não depende de sua comprovação factual, mas de sua capacidade de inspirar práticas éticas e experiências estéticas que ultrapassem o horizonte do mero discurso. Nesse sentido, *A Arte Perdida das Escrituras* deve ser lido não apenas como história comparada das religiões, mas como manifesto crítico em favor de um novo modo de ler, no qual mito e logos, palavra e silêncio, rito e contemplação voltem a se entrelaçar, devolvendo às tradições religiosas a arte que, em grande parte, se perdeu, mas que pode ainda ser reencontrada como fonte de compaixão e de sentido no mundo contemporâneo.

Referências

ALTER, Robert. *The Art of Biblical Narrative*. New York: Basic Books, 2011.

ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMSTRONG, Karen. *Em defesa de Deus*. São Paulo: Companhia das

5. Neste ponto, o argumento de Armstrong segue de perto a crítica de Umberto Cassuto (2014), quando este afirma que o embate entre leitura fundamentalista e histórico-crítica reduziu os estudos bíblicos, nos últimos 200 anos, a um terreno árido de produção teológica.

Letras, 2011.

ARMSTRONG, Karen. Campos de sangue. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AUERBACH, Erich. Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

CASSUTO, Umberto. The Documentary Hypothesis and the Composition of the Pentateuch. Jerusalem: Shalem Press, 2014.

ELIADE, Mircea. “O prestígio do mito cosmogônico”. Tradução de Manuel Montenegro da Cruz. Diógenes – revista semestral da UNB, Brasília, n. 7, p. 6-16, 1984.

HARRIS, Harriet A. “Fundamentalism(s)”. In: ROGERSON, J. W.; LIEU, Judith M. (Eds.). The Oxford Handbook of Biblical Studies. New York: Oxford University Press, 2006, pp. 810-840.

LEGASPI, Michael C. “The Term ‘Enlightenment’ and Biblical Interpretation”. In: HAUSER, Alan J.; WATSON, Duane F. (Eds.). A History of Biblical Interpretation: The Enlightenment through the Nineteenth Century. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2017, pp. 73-92.

RICOEUR, Paul. „Stellung und Funktion der Metapher in der biblischen Sprache“. In: RICOEUR, Paul; JÜNGEL, Eberhard (Hrsgs.). Metapher. Zur Hermeneutik religiöser Sprache. (Evangelische Theologie Sonderheft, 34 – Supplement). München: Chr. Kaiser Verlag, 1974, p. 45-70.